ISSN 1981-2221

Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas

Ano XVII – Nº 102

Jan-Fev 2024

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Superior Tribunal de Justiça – nº 64/2008

Classificação Qualis/Capes: B2

Editores

Fábio Paixão – Pilar Jiménez Tello

Coordenadores

Robson Maia Lins (Direito Tributário)
Francisco Pedro Jucá (Direito Financeiro e Finanças Públicas)

Conselho Científico

Edilberto Pontes de Lima – Ives Gandra da Silva Martins
Marcus Abraham – Paulo de Barros Carvalho – Régis Fernandes de Oliveira
Reynaldo Soares da Fonseca – Ronaldo Chadid

Conselho Editorial

André L. Costa-Corrêa – André Mendes Moreira – Antônio Carlos Rodrigues do Amaral
Antonio Jorge Pereira Jr. – Bianor Arruda – Carlos Mário da Silva Velloso – Cláudio S. Lembo
Clélio Chiesa – Edison Carlos Fernandes – Edvaldo Pereira de Brito – Erick Macedo
Fernando Favacho – Francisco Rezek – Georgenor de Sousa Franco Neto – Gilmar Mendes
Horácio Monteschio – José Augusto Delgado – José Maurício Conti – Kiyoshi Harada
Leandro Paulsen – Leonardo Buissa – Liziane Angelotti Meira – Lucas Galvão de Britto
Marilene Talarico M. Rodrigues – Matovanni Colares Cavalcante – Misabel Abreu Machado Derzi
Monica Herman Salem Caggiano – Newton De Lucca – Paulo Ayres Barreto – Paulo Souto Maior
Platon Teixeira de Azevedo Neto – Rafael Campos Soares da Fonseca – Rafael Pandolfo
Regina Helena Costa – Ricardo Anderly – Rogério Vidal Gandra da Silva Martins
Roque Antonio Carazza – Sacha Calmon Navarro Coêlho
Sepúlveda Pertence – Solon Sehn – Talita Pimenta Félix – Tárek Moussallem
Thais Xavier Ferreira da Costa – Walter Lobato
Eduardo Vera-Cruz Pinto (Portugal) – Javier García Medina (Espanha) – João Ricardo Catarino (Portugal)
Marcos Sacristán Represa (Espanha) – Pedro Carrasco Parrilla (Espanha)
Pilar Jiménez Tello (Espanha) – Ricardo Rivera Ortega (Espanha)

Autores colaboradores deste Volume

Amanda Maciel Carneiro Turini – Antonio Lopo Martinez – Bruno Cesar Marsolla
Fabiano Maury Raupp – Helton Kramer Lustoza – João Paulo Barbosa Sinésio
Marcelo Vitorino – Marivaldo Andrade dos Santos – Mickael Ferreira Alves
Paulo de Barros Carvalho – Rafael Campos Soares da Fonseca
Tarsila Ribeiro Marques Fernandes

Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas

Publicação bimestral da Editora Magister em parceria com o Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e a Sociedade Brasileira de Direito Financeiro (SBDF) aos quais se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser enviados para o e-mail: editorial@editoramagister.com.br. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As ementas e acórdãos aqui publicados correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional e poderá ser enviada ao exterior.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas

v. 1 (mar./abr. 2007)-.– Porto Alegre: Magister ; São Paulo: Instituto Brasileiro de Estudos Tributários /Sociedade Brasileira de Direito Financeiro, 2007.
Bimestral. Coordenação: Robson Maia Lins e Francisco Pedro Jucá.
v. 102 (jan./fev. 2024).

ISSN 1981-2221

1. Direito Tributário. Direito Constitucional. Sistema Tributário Nacional. Imposição Tributária. Tributos. Impostos. Taxas. Contribuições. 2. Finanças Públicas. Direito Financeiro. Direito Econômico. Direito Político. Política Tributária. Direito Administrativo. Preços Públicos. Tarifas. 3. Ética Pública. Moralidade Institucional. Ética Fiscal. Moralidade Administrativa. 4. Sociologia Financeira. Psicologia Financeira.

CDU 336.2(05)
CDU 342+336.1/.5(05)
CDU 336.2:172.1(05)
CDU 316.334.2(05)

Ficha catalográfica: Leandro Lima – CRB 10/1273
Capa: Apollo 13

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Sumário

Doutrina

1. Interpretação do Direito como Construção de Sentido (e Outras Anotações)
Paulo de Barros Carvalho 5

2. Extrafiscalidade e Benefícios Fiscais: Prerrogativas em Permanente Estado de Crise
Tarsila Ribeiro Marques Fernandes e *Marivaldo Andrade dos Santos* 19

3. A Reforma Tributária e a Guerra Fiscal
Marcelo Vitorino 41

4. Indícios e Presunções Contábeis: Desvendando Conceitos Cruciais no Direito Tributário e na Prática Contábil
Antonio Lopo Martinez 52

5. A Relevância do Tribunal Constitucional Federal no Desenvolvimento do Federalismo Fiscal Alemão: uma Análise Comparativa Baseada na Técnica de Estudo de Caso
Rafael Campos Soares da Fonseca 69

6. A (In)Constitucionalidade do Art. 166 do CTN para Restituição de ICMS nas Vendas a Varejo
Bruno Cesar Marsolla e *Helton Kramer Lustoza* 86

7. A Não Tributação Via Benefício Tributário como Alternativa de Política Pública Visando à Satisfação dos Anseios Coletivos
Amanda Maciel Carneiro Turini e *Fabiano Maury Raupp* 107

8. A Função dos Tribunais de Contas no Brasil: Atuação Política ou Social?
Mickael Ferreira Alves 124

9. A Função da Lei Complementar nº 116/2003 na Determinação do Critério Material do ISS: a Autonomia Municipal em Foco
João Paulo Barbosa Sinésio 141

Jurisprudência

1. Superior Tribunal de Justiça – Tema 1.179/STJ. Ordem dos Advogados do Brasil. Anuidade. Cobrança. Sociedade de Advogados. Impossibilidade. Caso Concreto. Acórdão em Sintonia com o Entendimento do STJ. Prescrição. Prequestionamento. Ausência
Rel. Min. Gurgel de Faria 158

2. Superior Tribunal de Justiça – Ofensa ao Artigo 1.022, Inciso II, do CPC/2015. Não Caracterização. Taxa de Serviço (Gorjeta). Natureza Salarial. Base de Cálculo Simples Nacional. Exclusão. Precedentes. Agravo Conhecido para se Negar Provimento ao Recurso Especial
Rel. Min. Mauro Campbell Marques 171

3. Superior Tribunal de Justiça – Apropriação Indébita Previdenciária (Art. 168-A, § 1º, Inciso I, do Código Penal). Crime Material. Consumação com a Constituição Definitiva do Crédito Tributário. Incidência da Súmula Vinculante n. 24 do Supremo Tribunal Federal. Reafirmação do Entendimento Sedimentado nesta Corte Superior de Justiça. Recurso Especial Parcialmente Provido, com Fixação de Tese Repetitiva
Rel^a^ Min^a^ Laurita Vaz 182

Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários 203